

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. INSTITUTO DE HISTÓRIA E HUMANIDADES.

ALVES, José Maria Gomes

Ano: 1981 | Número: 91

---

### Como citar este documento:

ALVES, José Maria Gomes, Notícias da Actividade Cultural. Instituto de História e Humanidades. *Revista de Guimarães*, 91 Jan.-Dez. 1981, p. 393-413.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)

URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## INSTITUTO DE HISTÓRIA E HUMANIDADE

Na primeira reunião ordinária da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento referente ao mês de Janeiro do ano de 1981 e no prosseguimento das diligências feitas no ano anterior, documentadas no n.º 89 da *Revista de Guimarães*, foi registado em acta o seguinte.

...Em 26 de Fevereiro, na sede do Priorado da S.<sup>a</sup> da Oliveira, Sua Eminência o Cardeal Patriarca, chanceler da Universidade Católica Portuguesa, dignou-se receber uma Comissão constituída pelas seguintes individualidades: Monsenhor Araújo Costa, chanceler D. Prior da Colegiada, Eng.º José Maria Gomes Alves, Presidente da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento, João Martins Aldão, Antonino Dias Pinto da Castro e Manuel Alves de Oliveira, ali reunidos para dialogar sobre a criação de um departamento daquela Universidade em Guimarães, dando-se assim sequência ao Memorial que tinha sido oportunamente enviado.

Estabelecida uma troca de pontos de vista, Sua Eminência foi de opinião que havia três problemas a atacar imediatamente:

- o problema da constituição do Corpo Docente;
- o problema das instalações e
- o problema financeiro para o arranque da iniciativa.

Estabeleceu-se então que para andamento do assunto que se desejava tão rápido quanto possível, a Comissão

deveria elaborar um relatório pelo qual se demonstrasse a viabilidade de uma resposta aos três pontos suscitados.

Dever-se-ia, desde já, dar conhecimento do andamento deste trabalho a Sua Excelência Rev.<sup>ma</sup> o Arcebispo de Braga, solicitando o seu apoio, embora Sua Eminência o Cardeal tivesse afirmado que já lhe havia falado no assunto.

Do mesmo modo deveria ser contactado o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Prof. Doutor Júlio Fragata, Director da Faculdade de Filosofia de Braga, para conseguir dele as informações necessárias e estudar as soluções imediatas quanto ao arranque dos estudos universitários, os quais, dificilmente poderão ter início no próximo mês de Outubro, como se desejava inicialmente.

Sua Eminência emitiu a opinião que se deveria começar pela criação de um organismo dedicado a estudos Históricos, com docência.

Um Professor que foi lembrado nesta reunião foi o Doutor Luís de Oliveira Ramos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e bem assim se admitiu a possibilidade de conseguir no Mosteiro de Singeverga professores porventura disponíveis para este efeito.

Transcreve-se também a carta remetida ao Prof. Doutor Júlio Fragata relacionada com este assunto.

Guimarães, 11 de Março de 1981

Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Prof. Doutor Júlio M. Fragata

Mt.<sup>o</sup> Digno Director da Faculdade de Filosofia

BRAGA

Antes do mais e em resposta à amável carta de V. Ex.<sup>a</sup> datada de 6 do corrente, queremos afirmar que foi para nós uma indelével honra poder receber V. Ex.<sup>a</sup> e todos os doutos elementos do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, Portugueses e Brasileiros, e por consequência não têm V. Ex.<sup>as</sup> nada que agradecer.

Penso por outro lado que estão suficientemente afirmadas as condições necessárias a novas e frutuosas formas de colaboração que da nossa parte desejamos e não haveremos de desmerecer.

A alusão de V. Ex.<sup>a</sup> às diligências que temos vindo a realizar com vista no estabelecimento de uma dependência de estudos humanísticos nesta cidade no âmbito da Universidade Católica, permite-me que abusando da generosidade de V. Ex.<sup>a</sup>, lhe venha solicitar desde já o melhor conselho para a ideia em marcha.

Há dias tivemos aqui no Priorado uma audiência com Sua Eminência o Cardeal, D. António Ribeiro e das suas palavras ficou-nos a convicção de que poderíamos prosseguir com a nossa iniciativa.

O ilustre Prelado deixou-nos palavras de incentivo, afirmando que poria no assunto o seu melhor interesse pessoal. Devíamos no seu entender, começar por um Instituto Superior de docência e investigação histórica.

Foram contudo apontados três pontos a vencer de imediato, depois de novamente ponderado o teor da circular que havíamos remetido oportunamente e de que junto cópia para conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

1.<sup>o</sup> — Necessidade de conseguir um *Corpo Docente* capaz de chamar a si o encargo da docência e direcção do Curso. Sobre este ponto eu próprio tomei a palavra para referir que me parecia algo difícil vencer este obstáculo, ao que Sua Eminência retorquiu que não via nisso muita dificuldade, apontando-se desde logo alguns nomes como seja o do Doutor Oliveira Ramos, da Faculdade de Letras do Porto e outros que eventualment poderamos conseguir em Singeverga. Referiu ainda que sobre isto conviria ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, sendo como é a pessoa mais indicada para nos aconselhar.

2.<sup>o</sup> — *As instalações*. Sobre isto, Sua Eminência congratulou-se com a oferta da Sociedade Martins Sarmento, admitindo que, efectivamente no período inicial o problema estaria resolvido. A seguir, contudo, interessando o próprio Estado e as Autarquias Municipais das redondezas, deveriam ser feitos esforços para conseguir instalações próprias, parecendo-lhe que a sugestão do aproveitamento da Casa de Sarmento do Largo do mesmo nome, poderia resolver satisfatoriamente o problema, se fosse feita a necessária reconstrução segundo um projecto concebido para responder às necessidades.

3.<sup>o</sup> — *Dotações ou verbas necessárias* para fazer face às despesas imediatas pelo menos durante os primeiros anos.

Falou-se que seria indispensável conseguir uma verba anual da ordem dos 3 a 4000 contos, verba que pareceu a todos possível obter-se mediante subscrição pública com recurso às Autarquias e às grandes empresas da região.

Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> este abuso da minha parte e para finalizar queria apenas pedir-lhe em nome das pessoas que trabalham nisto, o favor de uma audiência para melhor e mais detalhadamente se estudar o assunto.

V. Ex.<sup>a</sup> dirá quando, dia e hora em que poderá receber-nos.

Até lá, creia-me, respeitosamente e obrigado.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Direcção

Eng.<sup>o</sup> José Maria Gomes Alves

Já no mês de Março e depois de submetido a aprovação da Direcção da Sociedade Martins Sarmento, conforme consta da acta de 26 do mesmo mês, foi remetido a Sua Excelência o Magno Chanceler da Universidade Católica o documento que se transcreve:

A Sua Excelência o Magno Chanceler da Universidade Católica, D. António Ribeiro, Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa, e Presidente do Conselho da mesma Universidade

Na sequência da Exposição oportunamente apresentada a Vossa Eminência e ao Magnífico Reitor da Universidade Católica, Professor Doutor Bacelar e Oliveira, documento que se junta, a Sociedade Martins Sarmento e a Comissão Organizadora do Congresso Histórico de Guimarães, com o apoio de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, em nome da Diocese de Braga, e depois de escutar o conselho de reiterada anuência do Prof. Doutor Júlio Fragata, muito ilustre Director da Faculdade de Filosofia de Braga, vêm pôr à consideração da Universidade Católica, a criação em Guimarães de um Instituto de Estudos Humanísticos, integrado nessa Universidade, para iniciar a sua actividade em 1982, com uma primeira secção de *História e Arqueologia*.

As diligências já efectuadas permitem concluir que as premissas apontadas na referida Exposição se apresentam credoras da mais franca viabilidade, para a satisfação das condições que permitem o arranque da iniciativa na data prevista.

Efectivamente parece não constituir obstáculo insuperável a constituição de um Corpo Docente à altura das circunstâncias; parece também estar perfeitamente ao alcance dos promotores a resolução dos problemas referentes ao alojamento e equipamento, quer no imediato pela oferta da Sociedade Martins Sarmento, quer a médio prazo pela cedência do prédio da Instituição situado no Largo do mesmo nome, onde será necessário levar a efeito um plano de obras que se executarão em regime de comparticipação com o Estado, e finalmente parece também poder desde já concluir-se, que será possível angariar uma dotação financeira anual para satisfação dos encargos de instalação e pagamento ao Corpo Docente durante toda a fase inicial e de consolidação do novo estabelecimento de ensino e investigação.

Guimarães, Março de 1981

A COMISSÃO PROMOTORA

ANTÓNIO LEITE DE FARIA — *Embaixador e Presidente da Comissão do Congresso Histórico*

ANTÓNIO DE ARAÚJO COSTA — *Dom Prior da Colegiada de Guimarães*

JOSÉ MARIA GOMES ALVES — *Presidente da Sociedade Martins Sarmento*

ALBERTO COSTA GUIMARÃES

JOAQUIM DE OLIVEIRA BRAGA

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA — *Director do Arquivo Municipal*

JOÃO MARTINS DA COSTA — (*Aldão*)

ANTONINO DIAS PINTO DE CASTRO

A resposta a este documento, assinada pelo magnífico Reitor da Universidade Católica foi a seguinte:

Lisboa, 10 de Agosto de 1981

Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor  
D. António de Araújo Costa  
Prior da Real Colegiada  
Nossa Senhora da Oliveira  
GUIMARÃES

Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor,

No seguimento da proposta comunicada ao Conselho Superior da UCP, em sua sessão de 10 de Julho, e já versada em reunião com o Magno Chanceler e comigo, como Reitor, sobre o voto de estabelecimento, em Guimarães, de um Instituto da Universidade Católica Portuguesa, tenho encargo de informar o seguinte:

1. O assunto tem características para ser considerado pelas entidades competentes com o melhor interesse, de modo a poder ser equacionado com base em elementos que permitam convertê-lo em projecto;
2. Para o efeito, requiere-se — como sempre que se trata de centros regionais da UCP — que no local se crie uma Comissão representativa e técnica, destinada a definir, estudar e viabilizar a proposta, não apenas em termos gerais mas efectivamente concretos e suficientemente documentados;
3. De facto, tal como nos casos de Braga, Porto e Viseu, o principal contributo organizativo deve-o a UCP a entidades que se situam «in loco» e junto das quais, logo

que o estudo do projecto adquira o suficiente avanço, será designado um delegado ao Conselho Superior;

4. Do estudo prévio, complementar da proposta, deverão fazer parte, além dos elementos já expressos na solicitação apresentada, diversos outros da ordem dos seguintes:
  - a) sectores culturais, julgados de maior interesse local e que não dupliquem desnecessariamente outros já existentes;
  - b) possível interesse não só de cursos regulares de graduação — mais difíceis quanto a organização e caros de manutenção — mas também de actividades de extensão universitária, reciclagem, investigação, tendo em vista as exigências de actualização científica, pedagógica, profissional tanto de elementos diplomados como de outros com exercício de profissões técnicas ou liberais na cidade ou região;
  - c) elementos organizativos ou docentes com que Guimarães pode contar tanto por si mesma como pelo contributo de entidades regionais num perímetro acessível, (Braga, Porto, Vila Real...);
  - d) fontes de financiamento, já que a UCP não dispõe de património, tendo de apoiar-se nas propinas, dotações privadas, subsídios centrais ou autárquicos mas suficientemente garantidos;
  - e) possíveis estimativas de custos, tendo em conta que um Professor universitário hoje ganha entre 36 e 40 contos, um Assistente, entre 20 e 30, ou à hora, a partir de 500\$00; quanto aos funcionários regulam-se pelas tabelas do Ensino Particular e Cooperativo, sendo a elevação dos custos de cerca de 25% ao ano;
  - f) outros dados que se julguem úteis.

Cremos que a apresentação deste esquema, longe de ser interpretado como comunicação de dificuldades, constitui antes uma nova dinamização do estudo requerido para que a proposta possa ser analisada em bases objectivas e chegue mesmo a ser convertida em projecto com a energia característica das iniciativas actuais e históricas de Guimarães.

É óbvio que a UCP encara Guimarães com a solidariedade devida a uma cidade de História, Cultura e Trabalho, além do mérito de ter servido, de 1930 a 1950, de centro para a formação dos dois departamentos e cursos fundamentais da primeira das nossas Faculdades — a de Filosofia.

Apresento a V.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> as minhas cordiais saudações.

*José Bacelar e Oliveira, SJ*  
(Reitor)

Em face desta carta que abria perspectivas de viabilidade ao andamento do processo, o Presidente da Sociedade Martins Sarmento, com a aquiescência de todos os membros da Comissão interessada, contactou vários professores da Faculdade de Letras do Porto no sentido de se escolher um especialista capaz de elaborar o projecto do novo curso de Humanidades a instalar em Guimarães sob a dependência da Universidade Católica.

A escolha recaiu na pessoa do Prof. Doutor Luís Adão da Fonseca, distintíssimo professor daquela Faculdade e pessoa com larga experiência neste tipo de trabalho e que algumas semanas após apresentou o bem estruturado plano que lhe havia sido solicitado e que também se transcreve:

## PROJECTO DE ORGANIZAÇÃO DE UM CURSO DE HUMANIDADES EM GUIMARÃES INTEGRADO NA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Esquema do projecto:

1. *Considerações preliminares*
2. *Organização dos cursos*
3. *Cálculo médio de horas*
4. *Comparação com uma faculdade do estado*
5. *Cálculo de custos económicos*

### 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Pretende-se com este projecto apresentar em linhas gerais o que poderá constituir o ponto de partida de um curso de humanidades.
- 1.2. O curriculum básico em que assentará o curso será o da licenciatura em História. No entanto,

procurar-se-á dotar esse curso da suficiente maleabilidade que lhe permita ampliar o leque de saídas profissionais para além das que tradicionalmente existem.

- 1.3. O objectivo indicado anteriormente (1.2.) oferece as seguintes vantagens:
  - 1.3.1. Aproxima o mais possível o carácter do ensino ministrado às exigências da sociedade, tanto no domínio privado como público (cursos novos, preparações específicas).
  - 1.3.2. Aumenta a oferta de serviços por parte da Universidade, com o consequente aumento do mercado potencial de alunos.
- 1.4. Para atingir o objectivo indicado (1.2.), propõe-se a seguinte organização:
  - 1.4.1. Um núcleo de cadeiras de História, que constituiria o sector básico do curso (5 cadeiras por ano).
  - 1.4.2. Um conjunto de cadeiras e/ou actividades complementares, cujo elenco variaria de acordo com a especialidade escolhida.
- 1.5. A organização indicada em 1.4. oferece as seguintes vantagens:
  - 1.5.1. Evita uma excessiva dispersão, a qual teria enormes inconvenientes não só no plano económico como também no da formação dos alunos.
  - 1.5.2. Evita uma ruptura aberta com a tradicional organização universitária portuguesa no campo das humanidades. Este aspecto é especialmente importante em ordem a um indispensável reconhecimento oficial dos cursos pelo Ministério da Educação.

- 1.6. Assim, propõe-se a organização de 4 cursos, dentro das linhas indicadas nos pontos anteriores:
  - 1.6.1. *Licenciatura em História com iniciação à investigação* (trata-se de um título provisório, uma vez que se teria que encontrar outro mais adequado).
  - 1.6.2. *Licenciatura em Arqueologia e História de Arte.*
  - 1.6.3. *Licenciatura em História com especialização em Documentação, Arquivística e Biblioteconomia.*
  - 1.6.4. *Licenciatura em História com especialização como tradutor-intérprete.*
- 1.7. Procurar-se-ia que todas estas licenciaturas fossem equiparadas à licenciatura em História das Universidades do Estado (cfr. o indicado em 1.5.2.).
- 1.8. Além disso, cada licenciatura poderia oferecer saídas específicas. Por exemplo:
  - 1.8.1. Licenciatura em Arqueologia e História de Arte: saída para conservadores de museus, defesa do património, apoio às autarquias.
  - 1.8.2. Licenciatura com especialização em Documentação, Arquivística e Biblioteconomia: procurar-se-ia corresponder às necessidades cada vez maiores das empresas em matéria de documentação, oferecendo-lhes a possibilidade de utilizarem profissionais capacitados (em teoria e na prática); simultaneamente manter-se-iam as saídas tradicionais para conservadores de bibliotecas e arquivos.
  - 1.8.3. Licenciatura com especialização como tradutor-intérprete: é enorme a gama de actividades em empresas oficiais e privadas onde o conhecimento de línguas estrangeiras associado a uma boa base cultural se torna cada vez mais necessário; no caso concreto do

nosso país, esta urgência aumentará com o ingresso na C. E. E.; finalmente, não seria de pôr de parte a eventual utilização destes licenciados como professores de línguas.

- 1.9. Em algum caso concreto, algumas matérias ensinadas poderiam interessar — em si mesmas — a pessoas da região. A frequência desses cursos poderia constituir uma óptima forma de comunicação entre a Universidade e a sociedade em que esta se insere, além do seu interesse económico para a dita Universidade. Por exemplo, assim aconteceria eventualmente com as Línguas Modernas.
- 1.10. Para terminar, poder-se-ia considerar — num futuro próximo — a possibilidade de organizar cursos especiais na área das humanidades, e dentro do âmbito das matérias ensinadas, com carácter de post-graduação ou de formação permanente, com o maior interesse em variados aspectos.

## 2. ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

- 2.1. A organização do ensino teria um carácter departamental, assim distribuído:
  - 2.1.1. Departamento de História Antiga
  - 2.1.2. Departamento de História Medieval
  - 2.1.3. Departamento de História Moderna
  - 2.1.4. Departamento de História Contemporânea
  - 2.1.5. Departamento de História de Arte
  - 2.1.6. Departamento de Arqueologia e Pré-história
  - 2.1.7. Departamento de Documentação, Paleografia e Ciências do Livro
  - 2.1.8. Departamento de Línguas Modernas.

- 2.2. Se as necessidades o exigirem, poder-se-á estudar a organização de algum outro departamento, além dos indicados em 2.1.
- 2.3. A distribuição do ensino das diferentes cadeiras será feita por departamentos, sob a direcção de um professor responsável. Este terá que ser um professor doutorado com habilitações académicas oficialmente reconhecidas.
- 2.4. A distribuição do ensino indicada em 2.3. oferece enormes vantagens: por exemplo, assegura a relação estreita entre os docentes de uma mesma área científica, ao mesmo tempo que dá continuidade a todo o ensino ao longo do ano, sem faltas provocadas por doenças, ausências, etc.
- 2.5. A organização das actividades pedagógicas será feita da seguinte forma:
  - 2.5.1. Actividades predominantemente *informativas* através das aulas teórico-práticas (3 horas semanais por cadeira).
  - 2.5.2. Actividades de formação científica do aluno através do trabalho em equipa sob a direcção de um professor; estas actividades situam-se no âmbito, não de uma cadeira, mas sim de uma área de conhecimento (v. g. História Moderna, Arqueologia ou Informática). (3 horas semanais por cadeira).
  - 2.5.3. As actividades indicadas em 2.5.2. — como se verá mais adiante correspondem a 6 horas semanais em cada ano — permitem um contacto mais directo entre professor e aluno, uma vez que se levariam a cabo dentro das especialidades escolhidas por cada um (indicadas em 1.6.). Desta forma, a rentabilidade deste trabalho é muito maior, e a sua contribuição para a formação científica do aluno inegável. Mais do que uma aula prática no sentido tradicional, pretende-se que

o aluno trabalhe em contacto directo com o professor.

2.5.4. Dada a importância do conhecimento de uma língua estrangeira em qualquer actividade, todos os alunos teriam 2 horas semanais de língua estrangeira ao longo dos 4 anos.

2.5.5. Por razões óbvias, as actividades indicadas em 2.5.2. e 2.5.4. estarão sujeitas a uma organização diferente (a estudar posteriormente) no caso da licenciatura em História com especialização como tradutor-intérprete.

2.6. O plano de estudos que se propõe é o seguinte:

2.6.1. Curriculum básico (cfr. 1.4.1. e 2.5.1.).

#### 1.º ANO

Ciências auxiliares da História I (anual)

Pré-história (anual)

Sociedades, culturais e civilizações pré-clássicas (semestral)

Sociedades, culturas e civilizações clássicas (anual)

História Antiga de Portugal (semestral)

Introdução à História (anual)

#### 2.º ANO

Ciências auxiliares da História II (anual)

História Medieval (anual)

História Medieval de Portugal (anual)

História da Arte Antiga e Medieval (anual)

Introdução à História da Literatura (anual)

#### 3.º ANO

História Moderna (anual)

História Moderna de Portugal (anual)

História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (anual)  
História da Arte Moderna (anual)  
Introdução à Filosofia (anual)

4.º ANO

História Contemporânea (anual)  
História Contemporânea de Portugal (anual)  
História da Arte Contemporânea (anual)  
Filosofia da História (anual)  
História da Cultura Portuguesa (anual)

2.6.2. Actividades complementares (cfr. 1.4.2., 2.5.2. e 2.5.4.):

Estas actividades são diferentes segundo os cursos. Assim:

2.6.2.1. *Licenciatura em História com iniciação à investigação:*

1.º ANO

Latim (anual)  
Seminário de História Antiga I e II (anuais)

2.º ANO

Geografia geral para historiadores (anual)  
Seminário de História Medieval I e II (anuais)

3.º ANO

Arqueologia (anual)  
Seminário de História Moderna I e II (anuais)

4.º ANO

História do Brasil e da América (semestral)  
História da África (semestral)

Seminário de História Contemporânea I  
e II (anuais)

Todos os anos — Língua Moderna

2.6.2.2. *Licenciatura em Arqueologia e História da Arte:*

1.º ANO

Pré-história Peninsular (anual)

Seminário de Pré-história I e II (anuais)

2.º ANO

Epigrafia (semestral)

Numismática (semestral)

Seminário de História de Arte I e II  
(anuais)

3.º ANO

Arqueologia (anual)

Seminário de Arqueologia I e II (anuais)

4.º ANO

Antropologia cultural (semestral)

Museologia (semestral)

Seminário de História de Arte III e IV  
(anuais)

Todos os anos — Língua Moderna

2.6.2.3. *Licenciatura em História com especialização em Documentação, Arquivística e Biblioteconomia:*

1.º ANO

Introdução à documentação (anual)

Práticas de documentação I e II (anuais)

## 2.º ANO

Biblioteconomia (anual)

Práticas de biblioteca I e II (anuais)

## 3.º ANO

Arquivística (anual)

Práticas de Arquivo I e II (anuais)

## 4.º ANO

Informática (anual)

Práticas de informática I e II (anuais)

Todos os anos — Inglês

2.6.2.4. *Licenciatura em História com especialização como tradutor intérprete:*

Pelas razões indicadas em 2.5.5., as actividades complementares nesta licenciatura estariam totalmente dedicadas à aprendizagem de 2 línguas (11 h sem.)

## 3. CÁLCULO MÉDIO DE HORAS

## 3.1. Verifica-se assim que o curso implica, em cada ano:

5 cadeiras de tronco comum

1 cadeira complementar

6 cadeiras (3 h semanais) ..... 18 h semanais

2 seminários de investigação ou de actividades práticas orientadas (3 h

semanais) ..... 6 h semanais

1 cadeira de língua ..... 2 h semanais

Total ..... 26 h semanais

## 3.2. A distribuição das horas pela semana seria a seguinte:

- 6 cadeiras com aulas teórico-práticas pelas manhãs (3 h semanais para cada cadeira) ..... 18 h semanais
- 1 cadeira de língua pelas manhãs (2 h semanais) ..... 2 h semanais
- Total das aulas pelas manhãs, a distribuir por 4 h diárias (de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira) ..... 20 h semanais
- 2 seminários ou actividades práticas orientadas a realizar em 2 sessões pelas tardes (3 h cada sessão) ..... 6 h semanais
- Número total de aulas (pela manhã e tarde) ..... 26 h semanais

## 3.3. Como exemplo do que se indica em 3.2., apresenta-se um modelo hipotético do que poderia ser o horário do primeiro ano:

	2. <sup>a</sup> -feira	3. <sup>a</sup> -feira	4. <sup>a</sup> -feira	5. <sup>a</sup> -feira	6. <sup>a</sup> -feira
9/10	Latim	Língua	Latim	Língua	Latim
	Pré-hist. Peninsul.		Pré-hist. Peninsul.		Pré-hist. Peninsul.
	Int. doc.		Int. doc.		Int. doc.
10/11 11/12 12/13	Socied. pré-clássic. ou História de Ant. Portugal	pré-história	Sociedades e civilizações clássicas	Ciências aux. da história I	Introdução a história
13/14	A L M O Ç O				
14/15 15/16 16/17		Seminário I		Seminário II	

3.3. No caso da licenciatura em História com especialização como tradutor-intérprete, a distribuição das horas seria diferente:

— 5 cadeiras do tronco comum (3 h semanais) .....	15 h semanais
— Aprendizagem de línguas (cfr. 2.6.2.4.) .....	11 h semanais
Total .....	16 h semanais

#### 4. COMPARAÇÃO COM UMA FACULDADE DE ESTADO

4.1. Vê-se, portanto, que o tempo dedicado à preparação do aluno é mais intensivo que numa Faculdade do Estado:

— Faculdade do Estado — 5 cadeiras cada ano, ou seja, 20 h semanais de aulas (10 teóricas e 10 práticas).

— Plano que se propõe — 8 cadeiras cada ano (6 cadeiras teórico-práticas + 2 seminários), ou seja, 24 h semanais de aulas (18 teórico-práticas e 6 exclusivamente práticas); além disso, importa juntar a aprendizagem de uma língua.

4.2. Assim, o tempo dedicado à preparação teórica é muito superior (de 18 h semanais para 10), enquanto o tempo dedicado a actividades exclusivamente práticas não é inferior em termos de preparação real. Para que se possa confirmar o que se acaba de afirmar, vejamos 2 exemplos concretos, estudados com todo o pormenor: História Contemporânea e Arqueologia.

4.3. Exemplo 1.º — História Contemporânea:

— No plano das faculdades do estado (cfr. Decreto n.º 53/78 de 31 de Maio), existem 4 cadeiras de história contemporânea, ou seja, 8 h semanais

dedicadas a aulas teóricas e 8 h semanais dedicadas a aulas práticas (cada cadeira tem 2 h de aulas teóricas e 2 h de aulas práticas).

Se cada aula dura aproximadamente 50 m, estão previstos 400 m semanais de aulas teóricas e outros 400 m semanais de aulas práticas.

- No plano que se propõe, existem 3 cadeiras de história contemporânea (2 anuais + 2 semestrais). Cada cadeira tem 3 h semanais de aulas teórico-práticas, ou seja, propõem-se 9 h semanais; a 50 m de duração para cada uma, o resultado é de 450 m semanais dedicados à preparação teórica (além disso, não se consideram, o que poderia ser feito, outras cadeiras onde a época contemporânea é estudada, como História da Cultura Portuguesa ou História da Arte Contemporânea). Em relação à preparação prática, estão previstas 6 h semanais de Seminário (2 seminários de 3 h semanais cada um), ou seja, 360 m semanais. Em termos de preparação real do aluno, parece não haver dúvida que são mais rentáveis 360 minutos divididos em 2 períodos que 400 m divididos em 8 períodos.

*Quadro esquemático do exposto em 4.3.*

Faculdade do estado	Plano proposto	
ensino teórico	400 minutos	450 minutos
ensino prático	400 minutos	360 minutos
Total	800 minutos	810 minutos

#### 4.4. Exemplo 2.º — Arqueologia

No plano do Estado (utilizou-se o plano da variante em Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, Portaria n.º 271/81 de 16 de Março), estão previstas 8 cadeiras específicas da variante (7 anuais e 2 semestrais), ou seja, uma média de 32 h semanais (para estes efeitos, considera-

ram-se estes estudos como se se realizassem hipoteticamente num só ano).

- No plano que se propõe, estão previstas 5 cadeiras relacionadas com a variante (3 anuais e 4 semestrais), mais 4 de seminários, ou seja, uma média de 27 h (da mesma forma, para estes efeitos, consideraram-se estes estudos como se se realizassem hipoteticamente num só ano).
- A diferença — mínima — não parece ter grande importância, se se tiver em conta a proporção estudos teóricos/estudos práticos. Assim, no plano do estado, existem 16 h teóricas e 16 h práticas, enquanto no plano que se propõe esta relação é de 15 h de estudos teóricos (menos 1 h) e de 12 h de estudos práticos. Esta diferença nos estudos práticos não é significativa, porque as 16 h do plano do estado ( $16 \times 50 \text{ m} = 800 \text{ m}$ ) podem ser perfeitamente compensadas pelas 12 h do plano que se propõe ( $12 \times 60 \text{ m} = 720 \text{ m}$ ).

*Quadro esquemático do exposto em 4.4.*

Faculdade do estado	Plano proposto	
ensino teórico	800 minutos	750 minutos
ensino prático	800 minutos	720 minutos
Total	1.600 minutos	1.470 minutos

## 5. CÁLCULO DE CUSTOS ECONÓMICOS

5.1. Este cálculo de custos — meramente indicativo, e necessitando de um estudo mais profundo — assenta nos seguintes princípios, considerados fundamentais, e imprescindíveis para poder dispor de um corpo docente qualificado:

- 5.1.1. O pagamento dos professores não pode ser, em caso algum, inferior, em termos reais, ao que se paga no Estado em categorias idênticas.

- 5.1.2. Excepto em casos excepcionais, não se atribuirá a nenhum docente uma categoria superior aquela que lhe corresponda pelas suas habilitações académicas.
- 5.1.3. O custo da docência deve ser pago integralmente pelos alunos.
- 5.1.4. Pelo contrário, os custos de manutenção e equipamento podem ficar a cargo de verbas extraordinárias.
- 5.1.5. Assim, em linhas muito gerais, podem-se prever os seguintes gastos com a docência:

8 chefes de departamento...	360 contos men.
23 professores .....	690 contos men.
4 professores de línguas ...	160 contos men.
direcção e administração (6 pessoas).....	160 contos men.
pessoal menor e limpeza (8 pessoas).....	80 contos men.
Total .....	1.570 contos men.

Ou seja  $(1.570 \times 12)$  — 18.840.000\$00 anuais

Supomos não estar muito longe da realidade se considerarmos que os gastos com a docência andarão pelos 20.000.000\$00 anuais (valores de 1981).

- 5.2. No primeiro ano de funcionamento, dividindo os gastos por 4, obtém-se 5.000.000\$00 de gastos com a docência.
- 5.3. A estes gastos, tem que se juntar o volume de gastos necessários para:
- 5.3.1. Organização do curso de humanidades.

- 5.3.2. Equipamento básico em matéria de mobiliário para salas de aula, seminários, biblioteca, etc.
- 5.3.3. Equipamento básico para livros e material docente.

Porto, 25 de Outubro de 1981

*Luis Adão da Fonseca*

Este trabalho mereceu aprovação total, sendo mesmo muito elogiado, pelo que foi remetido para apreciação do Conselho Superior da Universidade Católica.

Foram estas as etapas mais importantes deste empreendimento neste ano de 1981, as quais vão prosseguir no ano seguinte até as consumação da ideia, como se espera.